

1. Método

1.1 Recolha de dados efetuada no CITIUS no dia 02-07-2024

1.2 O documento foi objeto de parecer do Conselho Consultivo a 11-07-2024

1.3 Foi aprovado pelo Conselho de Gestão a 11-07-2023

2. Estrutura da Comarca CSM

3. Orçamento

3.1 O orçamento da Comarca teve uma dotação inicial de 898.345,00 €, com reforço de 33.262,99€, no total de 931.607,99€, até ao momento.

4. Recursos Humanos

4.1. CSM

4.2. 1. Juízes - 45 (total) – (36 titulares, 6 auxiliares e 3 Quadro Complementar)

4.2.2. Magistrados do Ministério Público: 44

4.2.3. Oficiais de Justiça: 275

4.2.4. Outros: 10

5.1. Objetivos

5.1. Súmula

Manutenção, e quando possível redução, da pendência oficial e de secretaria;

Fixação da dilação máxima de agendamento de diligências em 3/4 meses, em regra;

Fixação de tempo máximo de resolução dos processos (nas espécies processuais de relevo);

Nos Juízos que apresentam competência em Juízos de Proximidade, realização dos julgamentos respetivos nesses concelhos;

Identificação no *Citius* da referência ao município de origem do processo (competência territorial) – Juízo de Proximidade;

Regularização dos objetos apreendidos em todos os processos com sentença final (destino), incluindo a regularização dos veículos apreendidos;

Adequação da informação estatística à realidade;

Manutenção ou, se possível, redução do desfasamento entre a estatística oficial e a estatística da secretaria;

Não aumento da pendência dos processos de cancelamento provisório de registo criminal – T.E.P.;

Respeito pelos marcos temporais legalmente previstos para a intervenção judicial – TEP.

5.2. APRECIÇÃO (OBJETIVOS)

Em continuidade com o sucedido no ano anterior, o desempenho dos serviços da Comarca foi grandemente limitado e prejudicado pelas diversas greves dos Oficiais de Justiça. Estas greves afetaram sobretudo a realização de diligências e julgamentos, pelo que tiveram maior impacto na jurisdição criminal, que apresentou uma taxa de resolução fortemente negativa (92,88%). Mas as greves afetaram genericamente todos os Juízos, com taxas de resolução negativas também nas jurisdições cível, laboral e de instrução criminal. Quanto à jurisdição laboral, o resultado negativo justifica-se também pela ausência intermitente de juiz por doença. Ao invés, a jurisdição tutelar e o TEP tiveram um desempenho positivo, acabando por se refletir no global da Comarca (taxa de resolução de 100,52%). Ao nível da dilação de agendamento, observa-se uma derrapagem de cerca de 1/2 meses, embora raramente exceda os 4 meses de calendário. Os resultados verificados são também explicados pela crescente carência de magistrados e oficiais de justiça, diminuindo a capacidade de resposta dos Juízos. Os restantes objetivos foram cumpridos, tendo as secretarias obtido uma taxa de resolução positiva (104,20%). Mesmo com as referidas limitações, garantiu-se uma efetiva diminuição dos processos pendentes na comarca: menos 107 processos na pendência oficial, e menos 890 processos na pendência da secretaria. Nos Juízos que não atingiram as taxas de resolução pretendidas verificou-se essencialmente o entrave à produtividade traduzido no adiamento e não realização de diligências por força das greves, o maior número de ausências ao serviço por doença e a carência de recursos humanos. O T.E.P. continua a cumprir escrupulosamente a sua missão, apresentando uma excelente taxa de resolução.

6. Pendências

6.1 Pendência Oficial (*Citius*)

Área		Pendentes 01-01-2024	Entrados	Findos	Pendentes 30-06-2024	Taxa de Resolução	Taxa de Congestão	Taxa de Recuperação
Cível	Execuções	6217	2396	2080	6533	86,81%	298,89%	24,15%
	Outras	5063	7076	7108	5033	100,45%	71,23%	58,56%
Penal		1569	1629	1513	1684	92,88%	103,70%	47,31%
Laboral		785	1266	1148	905	90,68%	68,38%	55,97%
Tutelar		753	1194	1399	548	117,17%	53,82%	71,85%
Instrução Criminal		164	1862	1813	213	97,37%	9,05%	89,49%

TEP	5205	5143	5612	4731	109,12%	92,75%	54,23%
Total	19756	20566	20673	19647	100,52%	95,56%	51,27%

6.2 Pendência Secretaria (Citius)								
Área		Pendentes 01-01- 2024	Entrados	Findos	Pendentes 30-06- 2024	Taxa de Resolução	Taxa de Congestão	Taxa de Recuperação
Cível	Execuções	7449	2550	2556	7443	100,24%	291,43%	25,56%
	Outras	8359	7242	7433	8163	102,64%	112,46%	47,64%
Penal		5999	1670	1651	6016	98,86%	363,36%	21,53%
Laboral		1370	1277	1076	1571	84,26%	127,32%	40,65%
Tutelar		2278	1355	1692	1939	124,87%	134,63%	46,57%
Instrução Criminal		226	1862	1819	269	97,69%	12,42%	87,12%
TEP		7226	5210	5829	6227	111,88%	123,97%	46,87%
Total		32907	21166	22056	31628	104,20%	149,20%	40,79%

7. Medidas de gestão

Medidas de acumulação de serviço nos Juízos Central Cível, do Comércio, de Instrução Criminal, do Trabalho da Figueira da Foz, Locais Cível e Criminal de Cantanhede, e de Competência Genérica de Soure; Colocação de Juiz auxiliar nos Juízos de Família e Menores de Coimbra, de Trabalho da Figueira da Foz, de Execução de Soure, Locais Cível e Criminal da Figueira da Foz, e Tribunal de Execução de Penas; Colocação de Juízes do Quadro Complementar de Juízes de Coimbra no Tribunal de Execução de Penas, no Juízo de Família e Menores de Coimbra, e nos Juízos Locais Cíveis de Cantanhede e Coimbra; Afetação exclusiva de Juízes a um processo (de elevada complexidade) no Juízo Central Criminal; Substituição de juízes em caso de ausência ou impedimento; Redistribuição e reafetação de processos com atraso; Manteve-se a afetação dos processos dos vários Juízos do Tribunal ao Juízo de Instrução Criminal, aqui se realizando todos os interrogatórios judiciais na fase de inquérito; Colocação do juiz do artigo 107º da LOSJ (Locais) nos Juízos Central Criminal e Local Criminal de Coimbra; Organização da presidência da distribuição, com definição dos processos a

distribuir por atribuição; Realização de trabalho à distância por outros núcleos, incluindo os de Proximidade; Manutenção dos procedimentos relativos à digitalização de todo o processo e a utilização da agenda eletrónica; Sistema de monitorização dos valores atribuídos às Instituições de Solidariedade Social; Afetação das viaturas do Tribunal à deslocação de juízes, procuradores e funcionários judiciais para outros núcleos.

8. Instalações e Equipamentos

COIMBRA – Realizaram-se reparações elétricas, das vedações de janelas e de wc, e pintura de paredes no TEP; reparações elétricas e de canalização, instalação elétrica e rede, adaptação das salas 1 e 2, e aquisição de mobiliário para a sala 1, no Palácio da Justiça; limpeza da cobertura, substituição do vidro da claraboia, dos aparelhos de AVAC nos gabinetes dos magistrados e na sala de audiências, reparação do quadro elétrico, substituição do detetor de intrusão - Sistema SADIR, do motor do portão, ampliação do sistema de controlo de acesso a novos espaços, e reparações no teto falso do piso 1 decorrente de infiltrações, no edifício da Família e Menores; colocação de sinalética no edifício Arnado; reforço da iluminação no DIAP; reparação de equipamentos de AVAC na Gestão. Ao nível das necessidades, salienta-se: construção de um Palácio da Justiça; Arrendamento de espaço contíguo ao DIAP; Requalificação do edifício do Tribunal da Relação e dos Juízos Criminais; Espaço para o arquivo no T.E.P.

FIGUEIRA DA FOZ – Foi efetuada a substituição das luminárias fluorescente para led. É imperiosa: A instalação condigna dos diversos Juízos e serviços, e a criação de mais uma sala de audiência e gabinetes; Reabilitação do painel de azulejos exterior; Substituição das caixilharias em alumínio e do equipamento AVAC (que não funciona); Pintura exterior e interior; Adaptação da secretaria do Ministério Público. Encontra-se em curso a remodelação de 4 instalações sanitárias.

LOUSÃ – Verifica-se a necessidade de: Pintura exterior e suprimento dos defeitos da obra efetuada: Melhoria da climatização (AVAC) na sala de audiências; Reparação/substituição das caixilharias e requalificação das casas de banho.

CANTANHEDE – Efetuou-se a reparação pontual da cobertura na área onde foi identificada infiltração, e remoção de elementos de betão em risco de queda sobre a via pública; Operou-se o reforço da iluminação. Verifica-se a necessidade de intervenção nas cimalhas, pois ficaram com as vigas de ferro expostas aos elementos, provocando a sua acelerada deterioração; Aguarda-se a anunciada (há muito) remodelação do interior e instalação de AVAC, instalação de sistema de intrusão, botão de pânico, e de deteção de incêndios, bem como a substituição das redes elétrica e informática.

CONDEIXA-A-NOVA – Realizou-se a substituição do equipamento AVAC nos Gabinetes dos Magistrados do Ministério Público, e a reparação do portão da garagem. Verifica-se a necessidade de pinturas interiores, com reparação das fissuras, tratamento do soalho, substituição da tela que impermeabiliza o telhado, e criação de acessibilidades pela entrada principal, e a reparação nos WC.

Soure – Realizou-se a reparação/substituição dos estores avariados, encontrando-se em curso a reparação de equipamentos AVAC, remodelação de instalações sanitárias e das luminárias. Verifica-se a necessidade de reparação das caixilharias em madeira e da pintura exterior, e de arranjo do piso do parque de estacionamento, e sua vedação.

MONTEMOR-O-VELHO – Procedeu-se, por iniciativa exclusiva da Comarca, à instalação de equipamentos AVAC, e realizou-se a adaptação de sala de audiências para albergar julgamentos com maior número de intervenientes; substituição da instalação elétrica; aumento de potência das instalações elétricas; e reparação da rampa de acesso ao parque estacionamento. Mesmo assim, o edifício necessita com urgência de obras que contemplem as acessibilidades, substituição do telhado, substituição da caixilharia e isolamento térmico, substituição da rede de água, remodelação dos WC; Não existe qualquer mecanismo que permita o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ao 1º andar do edifício, em que funcionam a Secção de Processos do Juízo de Competência Genérica, a Secção Central, a sala de audiências principal, e os gabinetes de magistrados. As constantes infiltrações decorrentes do deficiente estado do telhado geram um ambiente de insalubridade, colocando em sério risco a saúde dos profissionais e utentes. Crescem cogumelos nos tetos de várias divisões! Os WC estão desprovidos das mais elementares condições de higiene. As cimalhas estão a ruir, colocando em risco as pessoas que circulem nas imediações do edifício.

ARGANIL – Encontra-se em curso a colocação de gradeamento nas janelas interiores do jardim, bem como a limpeza dos órgãos de drenagem da cobertura. Efetuou-se a melhoria dos acessos no piso térreo. Verifica-se a necessidade de substituição das caixilharias. Encontra-se em curso (presentemente suspensa, há mais de um ano) a obra no exterior, abrangendo a pintura e substituição da cobertura, com remoção de amianto, da responsabilidade do I.G.F.E.J.

PENACOVA – O edifício necessita de pintura exterior e superação da infiltração no arquivo.

MIRA – Encontra-se em curso a reparação de equipamentos de AVAC. Existe a necessidade de se proceder à reparação das infiltrações e melhoria da iluminação na secretaria. O edifício continua a ter necessidade de alguma manutenção, abrangendo a

reparação do telhado, a impermeabilização do terraço e a reparação das caixilharias exteriores, obra esta da responsabilidade do Município de Mira.

PAMPILHOSA DA SERRA – O edifício necessita de manutenção.

PENELA - Encontra-se em curso a reparação de equipamentos AVAC.

OLIVEIRA DO HOSPITAL – Operou-se a reparação elétrica; Encontram-se em curso a reparação de WC e a pintura de tetos que se encontram degradados. Verifica-se a necessidade de substituição do telhado e das caixilharias, e pinturas exteriores.

GERAL – Encontra-se a decorrer a regularização das anomalias existentes nos extintores e carretéis em todos os edifícios da Comarca. Verifica-se a necessidade de: Modernização das redes; Funcionários afetos à segurança e pórticos de segurança; Obras para instalação de equipamentos de deteção de incêndios, intrusão e controle de acessos; Instalação de botões de pânico nas salas de audiência e a dotação do Palácio da Justiça de Coimbra com dois elementos policiais; Fornecimento de mobiliário e equipamentos (webcams, aparelhos de videoconferência, LCD, telefones, impressoras, Colunas de som, que não vêm integradas nos computadores (2021). Fornecimento de viatura automóvel que satisfaça as necessidades da Comarca (com maior capacidade de carga e de transporte de passageiros).

9. Propostas

Construção do novo Palácio da Justiça de Coimbra; Necessidade de arrendamento de espaço contíguo ao DIAP; Execução das obras e fornecimento de equipamentos e viatura automóvel adequada; Melhoria da rede judiciária; Melhoria do desempenho do sistema informático de apoio à tramitação dos processos, implementando a transição para o Magistratus; Dotação das condições de acessibilidades aos edifícios da Comarca a todos os cidadãos, incluindo as pessoas com mobilidade reduzida, dando integral cumprimento à respetiva legislação; Colocação de Oficiais de Justiça, pelo menos preenchendo integralmente e rejuvenescendo o respetivo quadro; Ajustamento do quadro de Juízes de Direito (mais um lugar de Juiz no Juízo Local Cível de Cantanhede), e seu integral preenchimento; Concretização de mais autonomia dos Órgãos de Gestão da Comarca, designadamente ao nível da contratação e aquisição de bens e serviços, e de gestão dos imóveis (a Comarca integra um projeto piloto em negociação entre o Conselho Superior da Magistratura e o Ministério da Justiça neste âmbito); Superação dos entraves ao financiamento de investimento no parque judiciário; Fornecimento dos equipamentos necessários à realização de diligências e inquirições à distância; Atualização e melhoria da sinalética; Aprofundamento do relacionamento entre os órgãos de gestão das Comarcas e a

D.G.A.J./I.G.F.E.J., com reuniões periódicas com todos os membros dos órgãos de gestão.

10. Conclusões

Mantendo-se a situação do ano anterior, as diversas greves dos Oficiais de Justiça colocaram sérios constrangimentos ao funcionamento do Tribunal, implicando a não realização e adiamento de muitas diligências, e atraso na tramitação processual. Verificou-se ainda um maior número de ausências ao serviço. Essa realidade reflete-se na evolução menos positiva dos indicadores de gestão, comparativamente com os anos anteriores. Não obstante, no geral, continuam a ser cumpridos os objetivos relativos a dilações de agendamento e ao tempo de pendência ou duração dos processos, garantindo-se a realização da Justiça em prazo razoável. Outras dificuldades de gestão verificadas, entraves a um desempenho ainda melhor dos serviços da Comarca, e que se vão mantendo sem resolução ao longo dos anos, traduzem-se na cada vez maior exiguidade dos quadros de pessoal (sua dimensão e preenchimento), agora não apenas dos Oficiais de Justiça mas também dos Juízes de Direito, a incapacidade que o sistema revela em substituir adequada e atempadamente as ausências legítimas e justificadas dos Juízes de Direito e Oficiais de Justiça, a insuficiência e desadequação à função dos edifícios e instalações, e a carência de instrumentos de trabalho básicos, sobretudo ao nível logístico e informático (hardware e software). Mais uma vez se expressa ser absolutamente premente o aprofundamento do novo modelo de gestão e organização dos Tribunais, dotando estes dos meios humanos e materiais essenciais ao desempenho da sua função, constitucional e legalmente cometida, pilar do Estado de Direito. A autonomia de gestão, designadamente a nível orçamental e da gestão de imóveis, apresenta-se como a via da melhoria do desempenho dos Tribunais, fator *sine qua non* da prestação aos cidadãos de um serviço de justiça próximo e de qualidade.